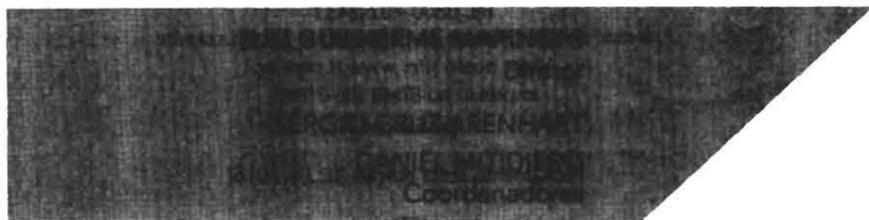


ARTUR THOMPSEN CARPES



**A PROVA
DO NEXO DE
CAUSALIDADE NA
RESPONSABILIDADE
CIVIL**



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

A PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

ARTUR THOMPSEN CARPES

Coordenadores
LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO



© desta edição [2016]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2016]

Profissional

Fechamento desta edição [02.06.2016]



ISBN 978-85-203-6954-8

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO.....	17
PARTE I – O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL	
CAPÍTULO 1 – O GIRO PARADIGMÁTICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E O NEXO DE CAUSALIDADE: O ESTADO DA ARTE	23
CAPÍTULO 2 – DEFINIÇÃO	29
CAPÍTULO 3 – NATUREZA (JURÍDICA) DO NEXO DE CAUSALIDADE	31
1. A noção de causalidade como fenômeno da natureza	31
2. A indevida distinção entre “causalidade material” e “causalidade jurídica”	34
3. Os critérios da doutrina jurídica para a aferição do nexo de causalidade	36
3.1. Teoria da equivalência dos antecedentes causais (<i>condicio sine qua non</i>) ...	37
3.2. Teoria da causalidade adequada.....	40
3.3. Teoria do dano direto e imediato.....	42
3.4. Teoria da imputação objetiva.....	45
4. O modelo nomológico da explicação causal e sua relação com a teoria da cau- salidade adequada: proposta de critério aplicável ao direito brasileiro.....	48
5. A causalidade geral como “conceito bizarro de causalidade”	53
CAPÍTULO 4 – AS FUNÇÕES DO NEXO CAUSAL	57
CAPÍTULO 5 – OUTROS FENÔMENOS RELACIONADOS AO NEXO DE CAUSALIDADE	63
1. Multiplicidade de causas.....	63
2. “Interrupção” do nexo causal	64

CAPÍTULO 6 – O NEXO DE CAUSALIDADE NOS CASOS ENVOLVENDO A TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE	67
--	-----------

PARTE II – A PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO 1 – O MODELO CONTEMPORÂNEO DE PROVA	75
CAPÍTULO 2 – VERDADE, VEROSSIMILHANÇA E PROBABILIDADE	83
1. Verossimilhança e probabilidade	87
2. Verdade e probabilidade	91
2.1. Verdade e probabilidade quantitativa	91
2.2. Verdade e probabilidade lógica	96
CAPÍTULO 3 – O OBJETO DA PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL	99
1. O enunciado do nexo de causalidade e suas peculiaridades.....	99
2. A fixação do <i>thema probandum</i>	102
CAPÍTULO 4 – DA ADMISSIBILIDADE DA PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE	103
1. Os critérios objetivos para a admissibilidade da prova: a licitude, a pertinência e a relevância	103
2. Da vedação da inadmissibilidade da prova por conta de o juiz já estar convencido ...	108
CAPÍTULO 5 – DA PRODUÇÃO DA PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE	111
1. As partes e a produção da prova do nexo de causalidade	111
2. Os poderes instrutórios do juiz.....	116
3. A dinamização do ônus da prova	121
CAPÍTULO 6 – DA VALORAÇÃO DA PROVA DO NEXO DE CAUSALIDADE	131
1. Os modelos de constatação.....	132
1.1. O modelo da preponderância da probabilidade	137
1.2. A estrutura inferencial do raciocínio probatório.....	145
1.2.1. A presunções e o nexo de causalidade.....	151
1.3. A prova estatística no raciocínio probatório do nexo de causalidade.....	161

1.4. A articulação do modelo da probabilidade preponderante com o módulo da cognição sumária (técnica da “redução do módulo de prova”).....	163
---	-----

CAPÍTULO 7 – DECISÃO QUANTO À PROVA E O JUÍZO DE FATO SOBRE O NEXO DE CAUSALIDADE	167
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181
--	------------